

Debate deve ser constante, diz Estevão

O empresário Luiz Estevão de Oliveira Neto, presidente do Grupo OK, foi um dos debatedores da sessão matutina de ontem no seminário "Os Novos Rumos da Economia do DF", e apresentou uma proposta concreta para "que este seminário não se encerre amanhã (hoje)", defendendo a criação de um grupo de trabalho formado por representantes do comércio, da indústria, das universidades, da agricultura e do governo do Distrito Federal, capaz de manter permanentemente em discussão as questões econômicas de Brasília e de sua região geo-econômica.

Deste grupo, estimou o empresário, deverão sair, com prazo determinado, estudos e propostas sobre a viabilidade de investimentos da iniciativa privada no Distrito Federal, "baseados na capacidade empreendedora e na eficácia na criação de empregos do empresariado brasiliense, sem favorecimentos do governo".

Luiz Estevão lembrou que nos 16 anos que mora em Brasília, "poucas vezes tive oportunidade de ver tantos empresários e autoridades do governo reunidos para discutir a problemática econômica do DF", destacando a importância do seminário promovido pela Federação do Comércio. Mostrando-se bem informado sobre o desenvolvimento da capital com seus problemas de migrações intensas e, principalmente, com a queda do nível de oferta de empregos, o empresário observou que no Plano Piloto, a previsão dos idealizadores da Brasília, era de se alcançar o número de 500 mil habitantes, apenas no ano 2000, enquanto as cidades-satélites nem sequer eram previstas:

— "Não se podia contar com a realidade de hoje, quando apenas 25 por cento dos habitantes do Distrito Federal moram no Plano Piloto, e 75 por cento nas cidades-satélites, sem falar na periferia da região geo-econômica. Hoje Brasília produz em suas universidades uma elite desempregada, um dado triste que inabilita a política nacional baseada em uma maior capacidade técnica dos brasileiros".

Apoiando a tese de que se deve criar em Brasília um parque industrial não poluente, que garanta o acesso da população a um mercado de trabalho estável, Luiz Estevão observou que isto foi previsto, com base na existência de um Setor de Indústrias Gráficas e um Setor de Indústria e Abastecimento, "que acabaram sendo ocupados pela atividade comercial. Em sua opinião a causa dessa deformação do plano original foi o fato de que "a indústria surge como consequência de mercado para seus produtos". Ele explicou que as primeiras indústrias de Brasília foram de pré-moldados, mobiliário, cimento, etc., que contavam com o mercado ativo da construção civil, hoje praticamente desativado, e afetando outros setores da economia do DF.

Segundo Luiz Estevão, tanto nas cidades-satélites como no Plano Piloto, existe demanda de comércio pujante, que pode ser medido pelos índices de valorização dos imóveis na Ceilândia, muitas vezes mais caros que alguns pontos do Plano Piloto. Outro dado citado pelo empresário é de que "toda a população do DF caberia nos seus automóveis", fato que demonstra a demanda de comércio local, mas que o preocupa como empresário local: "Há 10 anos, dos 10 maiores contribuintes do ICM, oito eram de Brasília, enquanto hoje, este número caiu para três".

Isto reflete a frustração do empresariado local, que enfrenta a concorrência de empresas de fora, que apesar de trazem benefícios, não deixam em Brasília todo o seu lucro. Em muitos casos, esses recursos não permanecem aqui mais de 24 horas, e não se fazem sentir na cidade, sendo exportados para outros centros.

Voltando ao tema da desativação da construção civil, Luiz Estevão disse que esta "não é uma

dústria da construção civil a diversificação de suas atividades, o empresário acha que a verticalização ainda pode ser possível mas, em outros campos, a falta de tradição e conhecimento não indicam viabilidade.

Para apoiar sua tese de criação de um parque industrial no Distrito Federal, Luiz Estevão lembrou que 99,3% dos produtos vendidos em nosso comércio são importados de outros centros, sendo que 83% poderiam ser produzidos aqui, sem poluição. Comentando estudos já realizados sobre a viabilidade de implantação de indústrias de roupas e calçados, o empresário disse considerar "interessante", mas ressaltou que a proximidade com outros centros produtivos, onde os investimentos já foram amortizados pelas empresas, tornaria difícil a competitividade de nossos produtos. Para ilustrar ele citou o fato ocorrido em Minas Gerais, onde apesar dos grandes incentivos fiscais e creditícios para instalação de um parque industrial não deu certo, "e hoje a região é conhecida como cemitério da indústria pesada".

Segundo o presidente do Grupo OK, com a redução do ritmo de crescimento industrial no país, a industrialização de Brasília deve partir de áreas onde o parque industrial do Brasil ainda está começando, como na informática e microeletrônica. Tudo isso, no entanto, indicou Luiz Estevão, só será possível "com a atuação conjunta de governos e empresários, como ocorreu no PADDF". Este programa de plantio de grãos na área rural do DF, vem se desenvolvendo com pleno sucesso, passando de um empreendimento há seis anos, para mais de 20 hoje, na produção de soja, arroz e trigo, com resultados melhores que em muitas regiões tradicionais neste tipo de plantio.

O desenvolvimento da agricultura e da agroindústria, não poderia ficar restrito às terras do DF, mas sim estender-se para a região geo-econômica, o que, reconhece Luiz Estevão, dependeria de um trabalho junto aos governos de Minas, e Goiás e Mato Grosso, "que não seria fácil mesmo politicamente para o governo do DF coordená-lo", mas que deve ser buscado, estimou ele.

POLARIZAÇÃO

O professor Lucídio Guimarães Albuquerque, da Universidade de Brasília, foi o segundo debatedor do seminário "Os Novos Rumos da Economia do DF", sob o tema "Problemática da Economia do DF". Ele manifestou sua geo-econômica, representa o resultado de "um polo econômico muito forte, atuando sobre um campo econômico muito fraco".

Para o professor Lucídio Guimarães a concentração econômica forte em Brasília, agrava a situação de sua área de influência, "pela própria organização econômica local, descompensada com relação a suas necessidades". Ele explicou que Brasília concentra em núcleos urbanos, 96 por cento da população do DF, e apenas 4 por cento na zona rural: isto significa que 96 por cento da população do DF ocupa apenas 6 por cento da área.

Este rompimento do equilíbrio população/economia, ocorre também nos demais setores, configurando toda a problemática de Brasília, segundo o professor, com base no fluxo de renda para as atividades produtivas:

— "Hoje os fluxos de renda apresentam 85 por cento direcionado para o setor terciário, 11 por cento para o secundário, e apenas 4 por cento para o setor agrário, um visível desequilíbrio, que gera pressões sociais nos diversos segmentos".

Lucídio Guimarães defende a despolarização, a descentralização econômica, que gera a concentração de população e de

problemas, na medida em que o impasse venha a truncar o desenvolvimento da cidade. No Distrito Federal o professor destaca três fatores que intervêm no processo produtivo: ociosidade da terra, força de trabalho e capital. Citando os exemplos do PADDF e de Vargem Bonita, onde se conseguiu a realização do desenvolvimento organizado, Lucídio Guimarães acredita que uma vez proposta a despolarização, "partiríamos para a subpolarização regional, já que Brasília hoje em dia influencia a Amazônia". A subpolarização no entender do professor, poderá deflagrar um processo de desenvolvimento consistente no Planalto Central, com a integração urbano-rural-compatível com os recursos disponíveis e ociosos que hoje ainda existem.